FIOCRUZ

Súmula

RADIS
Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde

Nº 84 – Dezembro de 2001

Visite o site do Radis:
www.ensp.fiocruz.br/publi/radis/prgradis.htm

SAÚDE BUCAL

O brasileiro adulto chega a perder, em média, mais de 20 dentes devido a cáries. Essa foi a conclusão de um estudo-piloto realizado nas cidades de Canela (RS) e Diadema (SP). Isso não é surpresa, se levarmos em consideração que mais de 29 milhões de brasileiros nunca foram ao dentista, conforme dados obtidos na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), realizada pelo IBGE em 1998. Os números certamente revelam algumas das causas da péssima colocação do Brasil no *ranking* de saúde bucal da Organização Mundial da Saúde (OMS) – 129º lugar, entre 186 países –, mas também servem para justificar o projeto de lei, elaborado pelo deputado Ricardo Ferraço (PPS-ES) e já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que torna obrigatório o atendimento odontológico no Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse sentido, a Área Técnica de Saúde Bucal do Ministério da Saúde vinha estudando, desde 1999, uma proposta de inclusão da saúde bucal no Programa de Saúde da Família (PSF). Algumas ações de saúde bucal – como orientação para escovação, higienização e alimentação adequada – já eram desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Além disso, vários municípios, utilizando recursos próprios, realizaram experiências de incorporação de equipes odontológicas ao PSF. ***(página 3)***

Conferência de Vigilância Sanitária propõe a volta da Anvisa ao Ministério da Saúde

A votação do documento final da I Conferência Nacional de Vigilância Sanitária teve início às 10 horas da manhã do dia 30 de novembro e só terminou às 6:45h do dia seguinte. Bastaria dizer isso para termos uma idéia das dificuldades que envolveram as discussões. Foram mais de 20 horas sem descanso, sem recesso e sem que os delegados pudessem sequer desviar a atenção dos pontos em pauta. Em jogo estavam a construção e gestão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e também as responsabilidades do Ministério da Saúde, dos gestores estaduais e muncipais, da sociedade civil organizada e da própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em jogo estava, em princípio, a qualidade do que come, bebe, utiliza, consome, compra e vende a população brasileira.

O momento chave do encontro foi a aprovação de um item do relatório que propõe "reincorporar o órgão nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa – à administração direta do Ministério da Saúde, com atendimento aos princípios do SUS efetivando o controle social", o que na prática significa a extinção da Anvisa como agência autônoma. Mesmo não se tratando, obviamente, de uma deliberação com força de lei, Arthur Custódio, delegado e presidente do Movimento Nacional de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), lembra que este é um recado claro ao Ministério da Saúde: a sociedade reivindica maior controle social e transparência das políticas e ações na área. Para a coordenadora geral da Conferência, Ana Maria Azevedo, e também para Ediná Alves Costa, relatora geral, a aprovação desse item, se não foi exatamente uma surpresa, evidenciou muitas das contradições que ainda permeavam os debates. "Mas esse é o objetivo da Conferência", dizem elas, "possibilitar que as contradições venham à tona, para que possamos todos enfrentá-las sem medo". ***(página 7)***

Metais pesados contaminam os rios e esgoto hospitalar ameaça as praias do Rio de Janeiro
(página 2)

Mulheres em alerta
Vacina contra rubéola imuniza quem pensa em engravidar
(página 4)

Hepatite C
8 milhões de infectados no país
(página 5)

BRASIL VAI SEDIAR CONGRESSO MUNDIAL DE BIOÉTICA EM 2002
(página 8)

CARTAS

TEMA AMS

Cumprimento o Programa Radis pela publicação da Tema dedicada à Assembléia Mundial da Saúde.

O Brasil, que desempenhou um papel fundamental na proposição da criação da OMS, nem sempre tem concedido a devida consideração ao trabalho da Organização. Durante os 28 anos em que participei do quadro profissional da OMS, lastimei o silêncio mantido pelos representantes brasileiros nas reuniões dos Conselhos e Assembléias.

Agora, no entanto, o silêncio foi superado através da atuação de nossos representantes, permitindo, de um lado, que o Brasil tenha voz ativa nas decisões sobre políticas no mais alto nível e, de outro, criando a oportunidades para que publicações, como a que o Radis acaba de lançar, possam divulgar a atividade da OMS e os temas verdadeiramente importantes para a saúde de nossos povos.

José Roberto Ferreira – ACI/Fiocruz, RJ

PSF FUNCIONA!

É gratificante recebermos a revista Súmula, que possui o desafio constante de construir uma saúde pública de qualidade. Aproveito para informar que a implantação do Programa de Saúde da Família (PSF), em nosso município, tem atingido seus objetivos, tratando a família como um todo e orientado-a para uma vida melhor e mais saudável.

Vera Lúcia Guardieiro – Conquista, MG

RADIALISTA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Parabenizo a toda a equipe editorial da Súmula pelo excelente trabalho no campo da informação no mundo da saúde, tão oportuno para nossos tempos, em plena era de globalização. Publicações como esta são de suma importância para a sociedade brasileira.

Sou jornalista e radialista, diretor presidente da Rádio Ypuarana FM, em Lagoa Seca, cidade situada no brejo paraibano, onde vários casos de todos os tipos de doença são registrados diariamente.

Hélder Loureiro Pegado – Lagoa Seca, PB

ERRO MÉDICO

Queixas caem no vazio

Segundo as estatísticas do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), 54% dos médicos julgados por erro, entre outubro de 1993 e setembro deste ano, foram absolvidos e dos 46% considerados culpados, apenas 4% de médicos receberam a punição máxima, que representa a cassação do registro.

Comparada a 1993, quando a punição chegou a 50%, a baixa incidência de médicos punidos pode parecer uma displicência do conselho. Entretanto, de acordo com José Ramon Varela Blanco, corregedor do Cremerj, todos os casos são analisados com rigor e nem todos são punidos como uma forma de a instituição realizar um trabalho pedagógico junto aos médicos. "Ninguém aqui passa a mão na cabeça do mau profissional. Mas também somos contra o linchamento público", diz o corregedor em entrevista ao Jornal do Brasil, em 14 de outubro.

No ranking das queixas contra os médicos, as denúncias nos últimos três anos são maiores entre diretores de clínicas e hospitais, que acumulam 585 reclamações. Depois, vêm os ginecologistas e obstetras, com 468 queixas, e clínicos gerais, com 337. As queixas contra pediatras somaram 150, contra os oncologistas (138). A cirurgia plástica, que até então estava abaixo da cirurgia geral, com 104 reclamações, acumulou neste período um total de 107 queixas. A estatística foi menor entre os médicos do trabalho, acumulando 104 reclamações. A seguir vêm os oftalmologistas com 97 e os cardiologistas com 81 queixas.

A presidente da Associação Carioca de Vítimas de Erro Médico, a advogada Célia Destri, entretanto, não confia nos números do Cremerj. Para ela, que perdeu um rim por erro médico, o número maior de reclamação se refere a partos, que acumulam 40% das queixas, e em segundo lugar estão os erros em cirurgias oftalmológicas. Célia Destri aconselha as vítimas a não procurarem o conselho, pois, segundo ela, depois que eles dão o parecer contrário, fica mais difícil ganhar na justiça comum.

O LEITOR QUER SABER

Aleitamento exclusivo e alimentação artificial

Dário Palhares, de Belo Horizonte, pergunta:

Em relação à reportagem "AMS aprova proposta brasileira de aleitamento", publicada na revista Tema nº 22, tenho a seguinte pergunta a fazer: é indiscutível o valor do aleitamento materno, o qual deve ser estimulado para além do primeiro ano de vida. Mas tenho tido na prática clínica com mães de alto nível social a percepção que o aleitamento exclusivo até os seis meses se correlaciona a uma dificuldade de aceitação na alimentação artificial. Diante disso, alguns pediatras têm orientado o uso de alimentos diversos ao redor dos quatro ou cinco meses, não com o intuito de nutrir nem substituir o aleitamento, mas de facilitar o aceite da alimentação artificial. Tenho ouvido falar que isso teria algum embasamento científico, na medida em que a maturação do paladar ocorre ao redor dessa faixa etária. Tem, assim, algum embasamento científico tal percepção das mães?

João Aprígio, coordenador da Rede Nacional de Banco de Leite Humano do Instituto Fernandes Figueira, responde:

Isso não tem fundamento. Muitos estudos comprovam que, dentre os vários itens importantes para o desenvolvimento do ser humano, a criança desenvolve seu paladar de acordo com seu ambiente social. Quando se estuda aceitação e rejeição de alimento, nota-se que quando mais precocemente a criança é desmamada, maior é a dificuldade que aquela criança tem em aceitar variação de cardápios em sua dieta. Isso tem a ver com as mudanças que ocorrem na composição do leite humano em relação aos fleivorizantes, que são as substâncias naturais que dão o sabor e o aroma às comidas. Quando a mãe então ingere algum alimento, as substâncias fleivorizantes da dieta da mulher passam diretamente para o leite e a criança vai experimentando diferentes sabores no avanço da amamentação e não fica sujeita a uma monotonia de padrão de palatabilidade como aquela que recebe mamadeira desde cedo. Quanto mais tempo de leite materno, então, melhor é a adaptação do alimento complementar. Para obter mais informações, eu aconselho consultar o terceiro capítulo do livro "Amamentação, um híbrido natureza-cultura", da Editora Fiocruz.

Saúde bucal no PSF: o começo da mudança

A notícia oficial da inclusão do atendimento odonto-lógico no Programa de Saúde da Família (PSF) foi dada pelo governo durante as comemorações do Dia do Cirurgião-Dentista em 25 de outubro de 2000. Atualmente está em curso o processo de qualificação de municípios que desejem receber incentivo para a formação de suas equipes de saúde bucal (ESB). Cada uma dessas equipes, compostas por cirurgiões-dentistas, atendentes de consultório dentário e/ou técnicos em higiene dental, atuará nas áreas de abrangência das equipes de saúde da família na proporção de uma ESB para duas equipes do PSF –, devendo atender, em média, a 6,9 mil pessoas.

Outro passo importante para a efetivação da proposta, cujo objetivo principal é a melhoria das condições de saúde bucal da população brasileira, foi a publicação, em 6 de março de 2001, da Portaria nº 267 do MS, na qual está contido o Plano de Reorganização das Ações de Saúde Bucal na Atenção Básica. O Plano estabelece, entre outras coisas, as modalidades das ESB, os parâmetros de cobertura, as atribuições dos profissionais envolvidos, as ações a serem executadas, os valores dos incentivos, as metas a serem alcançadas, as formas de avaliação dos serviços e os registros que serão incorporados ao Sistema de Informação da Atenção Básica (Siab) com informações sobre saúde bucal.

Até 2002, a meta do governo é incorporar cerca de 10 mil ESB ao PSF. Os municípios interessados em receber os incentivos da saúde bucal no PSF devem procurar a Coordenação de Saúde Bucal da Secretaria de Saúde de seu estado e preencher a documentação, encaminhando-a para apreciação e aprovação pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB). Mais informações sobre o assunto podem ser obtidas no site do Ministério da Saúde (www.saude.gov.br) ou na coordenadoria da Área Técnica de Saúde Bucal do MS, pelos telefones (61) 315-2728 e (61) 225-6290.

Projeto SB 2000

Com o objetivo de realizar um amplo levantamento epidemiológico em saúde bucal no Brasil, o Ministério da Saúde, em conjunto com as secretarias estaduais e municipais de saúde, Universidades e entidades de classe, está desenvolvendo o Projeto de Saúde Bucal da População Brasileira no ano 2000 (Projeto SB2000), coordenado pelo professor Ângelo Roncalli, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A pesquisa será feita a partir de uma amostra de 250 municípios e deverão ser examinados aproximadamente 175 mil habitantes de todas as idades. O estudo utilizará metodologia proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) devidamente adaptada à realidade e condições nacionais. Cerca de 1,2 mil examinadores coletarão dados sobre cáries, principais doenças bucais e necessidade de uso de prótese. O levantamento servirá tanto para planejamento e avaliação das ações de saúde bucal quanto para orientar pesquisas na área. O resultado da pesquisa será disponibilizado pela Internet, onde uma página foi criada especialmente para o acompanhamento da pesquisa por parte dos interessados. Através da página, é possível se conhecer os municípios que integram a pesquisa, bem como enviar críticas e sugestões para a equipe responsável pelos trabalhos. O acesso ao site do Projeto SB2000 é feito pelo site do Ministério da Saúde.

SAÚDE DA FAMÍLIA

Vagas de trabalho para médicos, dentistas e enfermeiros

No Brasil, segundo o Conselho Federal de Medicina, há um médico para cada 1720 habitantes. O problema é que esses números escondem desigualdades regionais muito grandes. Existem mais de 1,2 mil municípios brasileiros que não têm médicos entre seus residentes e isso traz enormes dificuldades para os gestores da área de saúde, principalmente na hora de montar equipes do Programa de Saúde da Família (PSF). O quadro é muito claro: de um lado, municípios com dificuldades para contratar profissionais para o PSF; do outro, grandes centros cujo mercado de trabalho na área de saúde já está saturado e um enorme contingente de médicos, enfermeiros e dentistas insatisfeitos com suas atuais funções e salários.

Para tentar solucionar esse problema, o Ministério da Saúde criou o *Banco de Trabalho – Saúde da Família*, no qual municípios e profissionais podem usar a internet para oferecer ou procurar vagas de trabalho no PSF. O interessado, gestor ou profissional, deve procurar o site do Ministério e se cadastrar para ter acesso aos relatórios sobre vagas e profissionais disponíveis.

Site: www.saude.gov.br

AIDS

Lei que propõe a distribuição de seringas a usuários de drogas causa polêmica no Rio

No dia 17 de outubro, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou um projeto de lei que autoriza o Estado a distribuir seringas para os usuários de drogas injetáveis. Segundo a autora do projeto, a deputada Cida Diogo (PT), a lei tem por objetivo reduzir a disseminação da Aids pelo uso compartilhado de seringas, causa de aproximadamente 15% dos casos da doença diagnosticados no estado. A lei foi vetada pelo pelo governador Anthony Garotinho e o veto será discutido na plenária da Câmara.

A possibilidade de a lei estimular o consumo de drogas é combatida por profissionais que trabalham no *Programa de Redução de Danos* do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Usuário de Drogas da Uerj (Nepad). O Programa – que funciona desde 1996 e hoje tem cerca de mil dependentes cadastrados – troca mensalmente 3,8 mil seringas e conseguiu, em quatro anos, baixar de 8% para 1,4% o número de usuários que admitiam compartilhar seringas e de 25% para 8% o número de usuários em drogas injetáveis portadores do vírus HIV. O Nepad também oferece atendimento àqueles que queiram largar as drogas.

Nepad
Site: www.lampada.uerj.br/nepad
Telefone: (21) 2589-3269

VACINAS

Mulheres em alerta

"Proteja hoje o filho que você vai ter um dia". Esse foi o lema da campanha de vacinação contra a rubéola, realizada em novembro, pelo Ministério da Saúde, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Amazonas, Rondônia, Acre, Goiás, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Maranhão. A campanha, coordenada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), teve como objetivo imunizar mulheres com idade entre 15 e 29 anos, faixa etária que apresenta maior incidência da doença. A vacina, no entanto, deve ser tomada por todas as mulheres que estejam pensando em engravidar e até mesmo por aquelas que não pretendem ser mãe, mas que devem se proteger para não serem transmissoras do vírus. Depois de vacinadas, as mulheres devem aguardar pelo menos 30 dias antes de engravidar. Durante a campanha, por medida de precaução, não foram vacinadas mulheres grávidas.

A rubéola é uma doença

infecto-contagiosa, geralmente benigna. O grande perigo ocorre quando ela é contraída durante a gravidez. Nas gestantes, a doença pode levar à Sindrome da Rubéola Congênita (SRC), podendo causar problemas cardíacos ou deficiência mental, auditiva ou visual no feto. Também há possibilidade de aborto ou nascimento prematuro, com morte do bebê.

Desde 1992, a vacina contra rubéola é obrigatória para crianças de até 11 anos. O fato de alguns municípios não estarem cumprido a meta de vacinar 90% das crianças tem levado a doença a se espalhar por outras faixas etárias. Entre 1997 e 2000, foram notificados 876 casos suspeitos de SRC, 132 dos quais acarretaram seqüelas nas crianças.

Nova arma na luta contra a Aids

Começou no dia 5 de novembro, no Rio de Janeiro, a segunda fase de um teste com vacinas contra a Aids. O estudo, financiado pelo Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos, será realizado simultaneamente no Brasil, no Haiti e em Trinidad Tobago, onde serão vacinados 40 voluntários em cada país. A primeira fase do estudo, realizada de 1995 a 1998, na França e nos Estados Unidos, envolveu 800 voluntários e serviu para atestar a segurança das vacinas. Na fase atual, o objetivo é ver como elas atuam sobre o sistema imunológico de populações com características genéticas distintas. No Rio, o teste, coordenado pelo pesquisador Mauro Schechter, está sendo feito em parceria com o Projeto Praça Onze, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e utilizará duas vacinas diferentes: a Alvac-HIV e a Vax-Gen. A eficácia das vacinas, no entanto, só poderá ser comprovada na terceira fase do estudo, que será realizada a partir de 2003, na Tailândia e nos Estados Unidos, com cerca de 11 mil pessoas.

Para ser voluntário é preciso ter entre 18 e 60 anos, ser soronegativo e não apresentar comportamento de risco. Os testes não oferecem perigo aos pacientes, pois não contém o vírus HIV. Além disso, um comitê de ética garante o anonimato dos que desejarem. Os interessados devem telefonar para (21)2273-9073.

NOVOS CURSOS DA ENSP PARA 2002

Escola Nacional de Saúde Pública – Escola de Governo

ESPECIALIZAÇÃO

Engenharia Sanitária e Controle Ambiental (Diurno e Noturno)
Inscrições: 02/01 a 22/02/2002

Saúde Pública
Inscrições: 02/01 a 01/03/2002

Vigilância Sanitária de Serviços de Saúde
Inscrições: 02/01 a 08/03/2002

Paleopatologia, História e Evolução das Doenças Humanas
Inscrições: 02/01 a 15/03/2002

APERFEIÇOAMENTO

Promoção da Saúde na Escola
Inscrições: 02/01 a 01/02/2002

Epidemiologia, Diagnóstico e Controle das Doenças Transmitidas por Vetores
Inscrições: 02/01 a 28/03/2002

Planejamento Estratégico e Gestão em Saúde
Inscrições: 02/01 a 26/04/2002

ATUALIZAÇÃO

Modelagem Hierárquica de Dados Dependentes
Inscrições: 02 a 25/01/2002

Introdução ao Epi-info e ao SPSS
Inscrições: 02/01 a 01/02/2002

Gerência de Dados Epidemiológicos
Inscrições: 02/01 a 01/02/2002

Seminário de Leitura Dirigida em Epidemiologia do Câncer
Inscrições: 02/01 a 08/02/2002

Introdução ao Direito Sanitário
Inscrições: 02/01 a 08/03/2002

Introdução à Clínica Psicanalítica (na Perspectiva Lacaniana)
Inscrições: 02/01 a 08/03/2002

Epidemiologia Molecular do Câncer
Inscrições: 02/01 a 22/03/2002

Inquéritos Epidemiológicos
Inscrições: 02/01 a 08/03/2002

Biossegurança de Engenharia Genética
Inscrições: 02/01 a 05/04/2002

Métodos de Laboratório e de Campo Aplicados em Esquistossomose Mansoni
Inscrições: 02/01 a 12/04/2002

INFORMAÇÕES e INSCRIÇÕES

Secretaria Acadêmica
R. Leopoldo Bulhões, nº 1480
sala 317
Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP: 21041-210
Tel.: (21)2598-2557/2598-2558
Fax: (21)2598-2727
E-mail: seca@ensp.fiocruz.br
Site: **www.ensp.fiocruz.br**

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Curso de Aperfeiçoamento Biossegurança

Curso de Aperfeiçoamento em Gestão em Saúde

Curso de Aperfeiçoamento em Vigilância Alimentar e Nutricional

Curso de Aperfeiçoamento em Vigilância Sanitária

Curso de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municiapis e Impacto Ambiental

Curso de Especialização Autogestão em Saúde

Informações e inscrições: no site **www.ead-ensp.fiocruz.br** ou pelo telefax 0800-225530.

DNA

Exame de DNA gratuito na rede do SUS

O exame de DNA gratuito está próximo de se tornar realidade para a população de baixa renda. O Senado aprovou por unanimidade projeto de lei que torna gratuito o exame em processos de investigação de paternidade ou maternidade na rede SUS. O benefício só será concedido em condições especiais, quando os autores da ação, comprovadamente, não tiverem condições financeiras de arcar com os custos do exame, cujo valor médio é de R$ 900. De acordo com informações do IBGE, de cada três crianças nascidas no Brasil pelo menos uma não tem o nome do pai.

"Os gastos com os exames sairão do orçamento do Poder Judiciário", explicou o relator do projeto, senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Caberá ao juiz de cada processo de investigação de paternidade ou maternidade estabelecer quais são os casos que se encaixam nas novas regras.

HEPATITE C

Há seis vezes mais brasileiros com hepatite C do que com Aids

Cerca de 8 milhões de brasileiros podem ser portadores do vírus da hepatite C (VHC), de acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS). A doença, assintomática, torna-se crônica em cerca de 90% dos casos, podendo causar cirrose e câncer no fígado. Projeções mostram que nos próximos anos ela deve provocar um aumento de 600% na demanda por transplantes de fígado. A advogada e portadora do vírus, Heloísa Amélia Gonçalves, representante dos usuários durante a Conferência Nacional de Vigilância Sanitária, ocorrida em Brasília, em novembro, foi uma voz solitária nos debates: "Estou representando os portadores de hepatite C. Meu objetivo na conferência é lutar para que o governo enfrente esse problema, porque hoje há um grande descaso das autoridades".

A doença, apontada pela OMS como um dos mais graves problemas de saúde pública a ser enfrentado no século 21, atinge 3% da população mundial – aproximadamente 200 milhões de pessoas. Oficialmente, a hepatite C matou 813 brasileiros entre 1997 e 1999, mas esses números não retratam a realidade.

Segundo a OMS existem, no mínimo, seis vezes mais brasileiros com hepatite C do que com aids. A maioria dos infectados tem entre 25 e 40 anos e só descobre o vírus no momento em que doa sangue ou quando a doença já está em estágio avançado – o que pode demorar mais de 20 anos. Além disso, há um fator agravante: ainda não há vacina contra o vírus transmitido pelo sangue. Quando detectada precocemente, porém, as chances de cura da doença chegam a 40%.

LANÇADA NOVA VERSÃO DO INTERFERON

Recentemente, o combate à hepatite C ganhou mais um aliado. A nova versão turbinada do Interferon, medicamento antiviral que impede o avanço do mal, pode ser a nova arma dos médicos para enfrentar o vírus. O novo medicamento, conhecido como *peguilado*, amplia as chances de controle da doença, elevando a possibilidade de sucesso.

Site: www.hepato.com

Os números da Hepatite C

- No mundo, aproximadamente 200 milhões de pessoas estão contaminadas.
- 90% dos infectados desconhecem estar doentes.
- Estima-se que de 2,5% a 4,9% da população brasileira, aproximadamente de 4,1 a 8 milhões de pessoas sejam portadoras de hepatite C.

TUBERCULOSE

OMS lança campanha mundial para combater a Tuberculose

A Organização Mundial de Saúde (OMS), o Banco Mundial (Bird) e o *Instituto para uma Sociedade Aberta* – fundação do especulador George Soros – uniram-se e lançaram uma campanha global para reverter a expansão da tuberculose. Soros, que por meio de sua fundação destina anualmente US$ 500 milhões a obras de caridade, disse que o custo estimado da campanha *Associação para Deter a Tuberculose* é de US$ 9,3 bilhões, em cinco anos. Segundo ele, já existe atualmente um financiamento de US$ 4,8 bilhões, faltando 4,5 bilhões. "Se a comunidade mundial conseguisse arrecadar mais US$ 900 milhões por ano, as mortes por tuberculose poderiam diminuir dentro de uma década", diz a Diretora Geral da OMS, Gro Brundlant.

A cada minuto, quatro pessoas morrem de tuberculose em algum lugar do mundo, um total de cinco mil pessoas morrendo diariamente da doença. "Existe um tratamento barato que pode ser implementado com facilidade", disse Gro Brundlant. O vice-presidente do Banco Mundial para Desenvolvimento, Jô Ritzen, reproduz o discurso dos países ricos, afirmando que o custo social da tuberculose é um dos maiores obstáculos para reduzir a pobreza. A afirmação, segundo ele, é reforçada com dados do Banco Mundial, que estima que U$ 2 milhões são perdidos anualmente na produtividade por causa da doença.

Site: www.saude.gov.br/programas/tuberculose/intro.html

Os números da Tuberculose

- No mundo, existem quase 2 bilhões de indivíduos infectados.
- No Brasil, há cerca de 130 mil novos casos por ano, sendo que apenas cerca de 90 mil são notificados.
- A tuberculose mata mais mulheres do que todas as causas de mortalidade materna somadas.
- A tuberculose mata mais jovens e adultos do que qualquer outra doença infecciosa.
- Calcula-se que um novo doente infecta, em média, dez indivíduos antes de ser tratado e tornar-se não-transmissor.
- A tuberculose é responsável por 32% da letalidade de pacientes HIV-positivo.
- Segundo o prognóstico da OMS, no período 1994-2004 terão morrido, na população mundial, 30 milhões de tuberculosos.
- O índice de cura atinge, no Brasil, 75% dos casos tratados, mas poderia chegar a 95%, não fossem as deficiências do sistema de assistência e controle da doença.

RIO DE JANEIRO

Esgoto hospitalar ameaça praias

A falta de tratamento de esgoto nos hospitais da rede pública está sendo alvo de discussão a partir do estudo feito pela CPI da saúde da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, revelando a contaminação das praias cariocas por esgoto hospitalar: 381 das 420 unidades de saúde da cidade, um total de 90%, não tem tratamento adequado.

O resultado é que o esgoto hospitalar, ameaça repleta de bactérias responsáveis por uma série de doenças, está sendo despejado sem tratamento em praias, lagoas e lagos no município.

DEJETOS ELEVAM RISCOS DE HEPATITE A

O esgoto tem alta concentração de bactérias, vírus e parasitas. Nos distritos das unidades de saúde pode-se multiplicar esse índice por três. Como vírus e bactérias sobrevivem à salinidade da água, um simples banho de mar pode se tornar um problema para boa parte daqueles que vão à praia. Basta um gole de água do mar contaminada para que se contraia o vírus da hepatite A, doença grave que pode matar um doente em cada 200 casos que evidenciem os sintomas.

O professor de infectologia da UFRJ, Edimilson Migowski, é enfático: "Temos que divulgar, cobrar e exigir que atitudes sejam tomadas. Saneamento básico é essencial mas não suficiente, porque não alcança a todos com a velocidade que esta emergência da saúde pública requer".

Metais pesados poluem rios

Em todo país aumentam cada vez mais as preocupações em relação aos recursos hídricos. É sabido que a questão da água potável será um dos maiores problemas do século, podendo até mesmo gerar guerras em função do controle das fontes de água limpa. Embora ainda exista grande oferta – cerca de 10% de toda a água doce do planeta está no Brasil –, já existem graves problemas localizados, causados principalmente pela contaminação por diversos poluentes.

A população do Rio de Janeiro viveu de perto este drama quando, em novembro, percebeu um forte cheiro nas águas que chegavam aos bairros. Técnicos da Cedae explicaram que o fato se deveu às fortes chuvas e aos chamados organoclorados (mistura de algas com produtos utilizados para tratamento). Normalizado o fornecimento, o saldo da situação foi a constatação de que os métodos de tratamento e a água para consumo, no Rio de Janeiro, estão ainda sob suspeição, e o mesmo pode estar ocorrendo em vários outros estados do país.

Estudo da Companhia de Pesquisa de Recursos Mineral (CPRM), ligada ao Ministério de Minas e Energia, revelou que os principais rios do estado do Rio de Janeiro estão contaminados por metais pesados como o chumbo, cádmio, alumínio, cobre e zinco. Especialistas advertem que essa água é usada na irrigação de plantações, principalmente de hortaliças e frutas. Além disso, os metais pesados podem causar uma série de doenças e, em alta dosagem, causar câncer do intestino, disfunção renal e doenças cardiovasculares.

O Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), Anthony Wong, alerta para formas de contaminação pela água que não é tratada: ingestão, banho e utilização para irrigação de plantações. Além disso, os metais contaminam os peixes. O mapeamento feito pela CPRM é o primeiro estudo detalhado de contaminação de rios do estado em 20 anos e servirá para os diversos órgãos ambientais promoverem ações conjuntas que visem ao desenvolvimento sustentável.

BIOMONITORAMENTO

Análise da fauna pode apontar poluição

Para verificar a pureza de um rio, basta conhecer e observar a flora e a fauna que vive no local. É o que se chama de biomonitoramento, um novo método de avaliação do nível de poluição dos rios. A técnica depende apenas da coleta e observação de amostras dos animais e os custos com material e análise são menores que no monitoramento tradicional, cujo preço pode atingir R$ 130 por amostragem. Além disso, o material pode ser aplicado por qualquer um: alguns pesquisadores têm envolvido comunidades no controle ambiental.

Para o pesquisador Daniel Buss, da Fiocruz, o monitoramento tradicional da qualidade das águas oferece dados bem específicos e que o biomonitoramento não deve substituí-lo. "No entanto, é melhor avaliar periodicamente os indicadores biológicos para acompanhar a qualidade do rio", afirma Buss. "O mais vantajoso seria recorrer à análise química somente se for notada alguma alteração no comportamento dos animais".

TRANSGÊNICOS

Cresce plantio de transgênicos no país

Nos últimos quatro anos, o governo brasileiro autorizou o plantio de 698 culturas de organismos geneticamente modificados no país. A área plantada soma 968,9 hectares-o correspondente a mais de mil campos de futebol.

A assunto é muito polêmico. De um lado, organizações não governamentais dizem que estes campos experimentais de grãos transgênicos, em 12 estados, estariam polinizando culturas normais. Uma das Ongs que vem se destacando na pesquisa sobre transgênicos é o Instituto de Estudos Sócio-econômicos (Inesc). De acordo com o assessor do Inesc, o pesquisador Edécio Vigna, o excessivo número de liberações de plantios é uma espécie de bomba biológica a longo prazo contra o meio ambiente: "O Brasil é uma das últimas reservas do planeta para produtos orgânicos". Por outro lado, alguns pesquisadores admitem que há polinização, mas acham que os transgênicos são irreversíveis. Na defesa, o chefe geral do Centro de Recursos Genéticos da Embrapa (Cenargen), o cientista Luiz Antônio Barreto de Castro, disse que a biotecnologia no país tem sido vítima de "um crime de lesa-pátria" por não liberar definitivamente o plantio em nível comercial.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Conferência discutiu diretrizes e gestão do sistema

A I Conferência Nacional de Vigilância Sanitária, sinalizada já na 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), em 1986, e 'convocada' em 1993, chega com um certo atraso mas num momento bastante significativo da área da saúde pública no Brasil. Organizada praticamente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a etapa nacional da Conferência aconteceu em Brasília, de 26 a 30 de novembro, contando com a participação de cerca de mil delegados, obedecendo a seguinte proporção: 50% de usuários; 25% de gestores e trabalhadores de saúde; e 25% de representantes dos setores regulados que, segundo definição do documento da Conferência, englobam todos os estabelecimentos, públicos ou privados, que possam gerar riscos à saúde decorrentes de ações sobre o meio ambiente, produção e circulação de bens e prestação de serviços.

Em torno dos três grandes eixos temáticos da Conferência (Proteção e Promoção da Saúde; Construção do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; e Saúde e Cidadania), os delegados debateram durante quatro dias, munidos das reflexões e documentos produzidos nas conferências estaduais, e não sem muitas dificuldades e contradições conseguiram aprovar um documento final. O setor regulado, mesmo ocupando suas cadeiras nos grupos de trabalho e na plenária, ficou quase ausente das discussões por ter dimensionado mal o encontro e não se apresentar com propostas articuladas. Já os usuários, em maior número, viram-se às voltas com muitos embates (inclusive de cunho lingüístico) com gestores e profissionais da saúde. A indefinição e a má-compreensão de muitos conceitos fundamentais da Vigilância Sanitária eram visíveis, o que ocasionava discussões intermináveis nos grupos de trabalho e demora nos processos de votação. Segundo Arlindo Fábio Gómez de Souza, superintendente do Canal Saúde, isso já era de se esperar, já que "a tônica de uma primeira conferência é exatamente a conceituação, a definição de muitos pontos ainda obscuros", e é a partir daí que se tornam possíveis os avanços.

Representantes da Anvisa, a começar pelo próprio diretor presidente, Gonzalo Vecina, esforçavam-se para esclarecer que a Agência não é o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, mas que é apenas parte dele. A quem caberia, então, a formulação das diretrizes de uma política nacional para o Sistema? Muitas foram as tentativas de resposta. O pesquisador Geraldo Lucchese diz que esta seria uma função do Ministério da Saúde, em contato estreito com os intergestores, por meio do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems). "A gestão do sistema é um verdadeiro nó górdio", diz ele.

Fique de olho

Em março de 2002, o Programa Radis estará lançando a revista **Tema Vigilância Sanitária**, com a cobertura da Conferência e um panorama da área no Brasil, aprofundando-se nas análises e reflexões a partir das propostas do relatório final.

MEDICAMENTOS

Governo pretende criar planos cobrindo custo de remédios

O governo pretende concluir até o até o fim do ano o modelo do projeto de lei para a criação de planos de saúde que cubram os custos de remédios. Anunciada pelo Ministro da Saúde José Serra e sob análise da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), esta medida poderá ser implantada em 2002. Ela faz parte das ações governamentais que têm como objetivo baixar os preços dos medicamentos cobrados aos consumidores.

A idéia, segundo o ministro, é criar um novo plano de saúde e não incluir a compra de remédios na oferta de serviços das empresas, pois, se isso acontecesse, seria um motivo para que os preços dos planos fossem aumentados. Desta forma, o consumidor terá um plano de saúde que cubra consultas, exames e internações e outro exclusivo para remédios.

Além disso, o governo está estudando o pagamento de parte do preço de alguns medicamentos sob a forma de subvenção. Assim, os consumidores irão pagar um preço fixo nas farmácias e o governo subsidiaria a diferença a ser repassada diretamente ao produtor, tendo condições de negociar uma redução no preço final dos remédios. A negociação, portanto, por ser feita diretamente com os fornecedores, não afetaria as farmácias, já que elas ganham pela venda. Nem mesmo afetaria a política de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas com baixa renda.

PATENTES

Brasil alcança nova vitória na reunião da OMC

O Brasil ganhou mais uma luta contra os Estados Unidos e a Europa na área de medicamentos. Na última reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC), que aconteceu em novembro no Qatar, o Brasil conseguiu aprovar declaração que garante que o acordo Trips (Direito de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio) não deveria impedir a quebra de patente de remédios.

Esta vitória num importante fórum regulador internacional, no entanto, não livra o governo brasileiro de críticas internas. Para o médico e ex-deputado federal José Aristodemo Pinotti, a lei de Patentes, que assegura a propriedade da invenção por um determinado período, seria eficaz se permitisse o direito de patentes somente para os remédios fabricados no Brasil. Segundo ele, esta seria uma forma de investir no país, pois se estaria proporcionando empregos e desenvolvimento científico e tecnológico. "Toda a indústria farmoquímica abandonou o Brasil, dando mão-de-obra aos seus países de origem e mandando para cá o produto acabado", diz Pinotti.

Para o médico, a lei acabou por contribuir para o aumento do desemprego, do atraso tecnológico e dos preços de remédios. "Agora, o governo, a conta-gotas e fazendo-se de valente com o coro da imprensa, quebra a patente de um remédio aqui e de outro lá. O governo cedeu no atacado [quando a lei de Patentes foi votada, em 1997] para hoje brigar no varejo e receber aplausos", completa.

MEDICINA ALTERNATIVA

Ioga e homeopatia nos hospitais públicos

Os hospitais públicos estão abrindo cada vez mais espaços para tratamentos alternativos e terapias naturais, como a técnica oriental da acupuntura, e para a medicina homeopática. Um exemplo disso é o acordo que a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro firmou com a Associação Brasileira de Professores de Ioga para que cada unidade de saúde do município tenha um professor disponível para atender pacientes hipertensos, diabéticos, idosos e mulheres grávidas. O projeto está sendo implementado gradativamente. Por isso, segundo a coordenadora Marilda Veloso, basta as unidades de saúde requisitarem à Secretaria um profissional da equipe de ioga.

Para possibilitar que as crianças carentes tenham acesso ao tratamento homeopático, a Associação Médica Homeopática Brasileira, em parceria com a Pastoral da Criança, lançou recentemente a campanha *Homeopatia Solidária*. O objetivo é criar condições de atendimento à população carente e, ao mesmo tempo, divulgar o trabalho da homeopatia que, apesar de estar regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina, ainda é pouco utilizada nos hospitais públicos.

Através da campanha, mais de 400 profissionais atendem gratuitamente crianças carentes encaminhadas pela Pastoral e os remédios são distribuídos pelas farmácias conveniadas. De acordo com o coordenador nacional da campanha, Francisco Mourão, a intenção agora é incluir nesta ação cerca de 3 mil profissionais da homeopatia, dos 13 mil disponíveis no país.

Os pais que desejam tratamento homeopático para seus filhos podem procurar um representante da Pastoral na paróquia mais próxima de sua casa. Os médicos e dentistas interessados em compor a equipe de trabalho da Campanha *Homeopatia Solidária* devem se cadastrar na associação homeopática de sua região.

BIOÉTICA

Brasil vai sediar congresso mundial

"Primeira clonagem humana da história". Foi dessa forma que a empresa norte-americana Advanced Cell Technology (ACT) de pesquisas genéticas divulgou, no final de novembro, o resultado de suas pesquisas sobre a transferência nuclear de células somáticas humanas. Como era de se esperar, a notícia gerou reações imediatas da Igreja e de governos do mundo inteiro. Mas será que já é possível se falar em clones humanos?

A experiência relatada no Journal of Regenerative Medicine fala apenas da obtenção de quatro células embrionárias geradas "in vitro" a partir de uma célula da pele de um humano adulto e de um óvulo. Essas células teriam sido congeladas para aguardar a segunda etapa da pesquisa, na qual, a partir delas, seriam gerados tecidos especializados saudáveis para substituírem tecidos doentes, curando enfermidades como leucemia, pancreatite e mal de Parkinson. A afirmação dos cientistas de que o objetivo do estudo não é o de implantar as células embrionárias em mulheres para produzir seres humanos, mas de utilizá-las para fins terapêuticos, não diminui a discussão sobre o assunto, que se torna mais acirrada a cada nova descoberta da ciência.

Num quadro como esse, o VI Congresso Mundial de Bioética, que será realizado em Brasília em novembro de 2002, assume uma importância ainda maior. O evento, cujo tema será 'Bioética, poder e injustiça' está sendo organizado pela Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), com patrocínio da International Association of Bioethics, do Núcleo de Bioética da Universidade de Brasília e do Conselho Federal de Medicina.

Segundo Volnei Garrafa, presidente da SBB, a luta para trazer o congresso para o Brasil foi grande, mas as presenças de Amartya Sen, Giovanni Berlinguer, Vicente Navarro e do brasileiro Naomar de Almeida Filho certamente justificam o esforço realizado. As inscrições de trabalhos estarão abertas de 1º de dezembro de 2001 a 30 de abril de 2002.

Site:
www.bioethicscongress.org.br.

EXPEDIENTE

SÚMULA é uma publicação da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo **Programa Radis** (Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde), da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp). Esta edição baseia-se em matérias publicadas nos principais jornais diários e revistas semanais do país.

Periodicidade: bimestral

Tiragem: 42 mil exemplares

Assinatura: Grátis, em conjunto com as revistas TEMA e DADOS.

Presidente da Fiocruz: **Paulo Buss**

Diretor da Ensp: **Jorge Bermudez**

PROGRAMA RADIS

Coordenador: **Rogério Lannes Rocha**

Editor: **Caco Xavier**

Redação: **Ana Beatriz de Noronha, Daniela Sophia e Katia Machado** (reportagem e redação) e **Aristides Dutra** (projeto gráfico)

Administração: **Teresa Oliveira, Luis Otávio e Vanessa Santos**

Endereço: Av. Brasil, 4036 / sala 515 – CEP 21040-361 – Manguinhos – Rio de Janeiro. Telefax (21) 2260-7979

E-Mail:
radis@ensp.fiocruz.br

Site:
www.ensp.fiocruz.br/publi/radis/prgradis.htm